



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barra Mansa. Aos 12 dias do mês de maio de 2022, às 18 horas, no Plenário Ademir Melo, reuniram-se os vereadores: Bruno Oliveira, Carlos José, Demerson Novaes, Eduardo Pimentel, Fernanda Carreiro, Gustavo Gomes, Jefferson Mamede, José Marques, Luciana Alves, Luiz Furlani, Marcos Pitombeira, Paulo Afonso, Paulo Sandro, Rayane Braga. Foi feita a leitura da ata anterior, que foi aprovada e em seguida, foi lido o resumo do expediente. O vereador Paulo Sandro fez uso da tribuna para solicitar moção de congratulação para Pedro Joaquim da Silva pelos 36 anos de trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Rural. O vereador Jefferson Mamede fez uso da tribuna para informar que acompanhou a comitiva do Executivo, em conjunto com alguns vereadores e com o Deputado Marcelo Borges na Secretaria das Cidades para buscar a efetividade de obras para a cidade. Que foi assinado convênios e contratos naquela Secretaria e muitas obras irão acontecer em nossa cidade. Agradeceu o apoio do Deputado Marcelo que está lutando por toda a região do médio paraíba em especial, Barra Mansa. Solicitou moção de congratulação para o Secretário de Estado das Cidades, Uruan Cintra de Andrade. Em aparte, o presidente explicou que segundo o Secretário, tudo o que foi prometido pelo Governador, irá acontecer. O vereador Jefferson Mamede frisou que escolheu dar ênfase em seu mandato para o desenvolvimento econômico, e o Sr. Julio Cesar Andrade, presidente do Codin, está contribuindo muito para que o nosso Parque Industrial possa abrigar empresas e gerar empregos. Solicitou moção de congratulação ao mesmo, em nome da casa. Solicitou também moção de congratulação ao governador Cláudio Castro. O vereador Demerson Novaes parabenizou os profissionais da enfermagem pelo dia. O vereador Gustavo Gomes usou a tribuna para também falar da importante agenda realizada no Rio de Janeiro, com o Secretário das Cidades, em conjunto com o Executivo e o Deputado Marcelo Borges, onde muitas coisas boas foram confirmadas para nossa cidade. A vereadora Luciana Alves fez uso da tribuna para reclamar do trânsito em torno do Colégio Sesi, por conta de manobras do trem. Solicitou que a casa solicite uma Audiência Pública com a MRS, pois esse problema está insustentável. O presidente concedeu o uso da tribuna ao munícipe Sr. Marcos, que ele falou sobre a cobrança das taxas de água e esgoto. Frisou que na maior parte da cidade não existe o tratamento de esgoto e em muitos bairros, a falta de água é constante. Pediu que os vereadores ajudem a diminuir essas taxas que estão altas e o serviço não está sendo prestado. O presidente explicou que em 2015, no governo do Jonas Marins, o prefeito realizou dois realinhamentos seguidos da conta de água. Que achando aquele fato um absurdo, realizou uma denúncia no Ministério Público, baseado no Código de Defesa do Consumidor, e sua denúncia foi arquivada, porque o preceito legal que autoriza o aumento é a decisão do Conselho Deliberativo do Saae. Que esta casa possui dois



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

membros no Conselho, um titular e um suplente, e ambos se mostraram contrários ao realinhamento. Que levantou-se a hipótese de um projeto de lei para anular esse aumento, mas esse ato é inconstitucional, e o que pode ser feito é adiar o aumento e jogá-lo para frente, mas ele vai continuar existindo, podendo ser cumulativo com o próximo ano, o que irá prejudicar mais ainda a população. O vereador Jefferson Mamede usou a palavra para dizer que o aumento da água aplicado pelo Executivo está dentro da legalidade conforme o índice INCC da FGV, mas apesar da legalidade, ninguém quer sofrer nenhum tipo de aumento em suas contas. O vereador explicou que o Legislativo exigiu que no orçamento existisse a previsão para investimento como prioridade no abastecimento de água. E durante esse anos, houve compra de novo reservatório, obras de infraestrutura para abastecimento de água e coleta de esgoto do Monte Orebe, no bairro Santa Rita da Dutra. Que apesar da coleta de esgoto da cidade ser de apenas 2,89%, existe um novo marco regulatório do saneamento para todo o país, com previsão de cumprimento até 2033, e o Supremo Tribunal Federal permite a possibilidade de cobrança de esgoto. Que essa casa exigiu que no Plano Plurianual constasse programas que contribuam para cumprimento do marco regulatório do esgoto. Por fim esclareceu que o legislativo não inimigo de ninguém, ele tem buscado assegurar direitos para as pessoas de nossa cidade. Em seguida, entrou-se na ordem do dia, que continha: votados e aprovados: Projeto de lei nº 40/22 – vereadora Luciana Alves – Discussão Única; Projeto de lei nº 141/21 – vereador Luiz Furlani – 2ª Discussão; Projeto de Lei nº 142/22 – vereador Eduardo Pimentel – 1ª Discussão; Indicações: nº 183/22; nº 38/21; nº 140/22; nº 2598/21; nº 56/22; nº 3805/21; nº 2109/21. Votado e aprovado em Regime de Urgência Especial a mensagem nº 15/22 do Poder Executivo, que cria o abono provisório e dá outras providências. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. Paula Novaes de Lima, Oficial de Atas, elaborou e redigiu.

Luciana

Paula Novaes